



CLOARA PINHEIRO

Cloara Pinheiro participa de evento especial em homenagem ao *Dia da Mulher* em Tamarana. No último sábado (8/3), a deputada estadual **Cloara Pinheiro** esteve em Tamarana para um evento marcante em celebração ao *Dia da Mulher*.

Mais de 600 pessoas participaram do encontro, que promoveu reflexões e inspiração para as mulheres da região. Durante o evento, a deputada apresentou a palestra "As dores não são eternas, recomece", na qual compartilhou sua trajetória de vida e desafios superados. A iniciativa buscou motivar e encorajar as mulheres a seguir em frente, reforçando a mensagem de superação e recomeço.

Cloara Pinheiro também destacou o trabalho realizado pela Procuradoria da Mulher, que tem como missão acolher e oferecer suporte às mulheres paranaenses. "Nosso compromisso é olhar nos olhos, estar presente e fazer a diferença. É assim que construímos a maior rede de Procuradorias da Mulher do Brasil, com 164", enfatizou a deputada.

O evento contou com a presença da **prefeita Luzia Suzukawa** e das vereadoras **Angélica, Valdenice e Jislaine**, além de servidores municipais. **Cloara** fez questão de agradecer a todos os envolvidos, reforçando a importância do trabalho conjunto para fortalecer a rede de apoio às mulheres.

Outro destaque foi a participação especial da **tribo indígena Kaingang**, da Reserva Indígena de Apucarantina. "Uma cultura riquíssima que nos enche de orgulho. A presença da comunidade Kaingang tornou nosso evento ainda mais significativo", ressaltou a deputada.

Ao final do encontro, **Cloara Pinheiro** reforçou seu compromisso com as mulheres do Paraná, destacando a importância de momentos como esse para fortalecer laços, compartilhar experiências e seguir transformando vidas.

Assessoria Deputada Cloara Pinheiro

VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

DIVERGÊNCIA NAS POLÍTICAS DE OBRIGATORIEDADE ENTRE EUA E O BRASIL

Pág. 02

POR QUE A ESQUERDA CONTINUARÁ PERDENDO ELEIÇÕES?

Pág. 04

MUNICIPALISMO

COMO O MUNICIPALISMO ESTÁ SABOTANDO O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Pág. 03

MENÇÃO HOROSA A RENATO ADUR

Pág. 04



amorsauê
MEDICINA, ODONTOLOGIA E EXAMES

UNIDADE PORTÃO

Av. República Argentina, 2398

(41) 3359-5515 (41) 99538-2426

MARIA VICTORIA

A segunda-secretária da Assembleia Legislativa do Paraná, deputada **Maria Victoria** (PP), entregou o *prêmio Rosy de Macedo* à vice-prefeita de Maringá, **Sandra Jacovós**, na sessão plenária de segunda-feira (10), em Curitiba.

"Sandra tem uma trajetória de dedicação às causas sociais com uma atuação firme e sensível. Ela foi a primeira mulher a assumir a prefeitura de Maringá na história e uma referência de gestora na região e em todo o Paraná", afirmou a deputada.

Com formação em tecnologia e farmácia, **Sandra Jacovós** equilibra a vida política e familiar com maestria, deixando sua marca no serviço público.

A vice-prefeita de Maringá agradeceu a homenagem e reforçou a importância da valorização do papel da mulher na sociedade para a construção de um Estado mais justo e humano.

A ex-governadora do Paraná, **Cida Borghetti**, também participou da sessão de entrega de homenagens. **Cida** recebeu o *prêmio Rosy de Macedo* no ano passado. **PRÊMIO - Alusivo ao Dia Internacional da Mulher**, comemorado em 8 de março, o prêmio foi criado pela Bancada Feminina da Assembleia Legislativa em 2023 para promover e valorizar as contribuições das mulheres na sociedade paranaense. O prêmio é concedido a 10 mulheres indicadas por cada deputada. A homenagem leva o nome da primeira deputada estadual do Paraná.



Assessoria Deputada Maria Victoria

VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

DIVERGÊNCIAS NAS POLÍTICAS DE OBRIGATORIEDADE ENTRE EUA E O BRASIL



Trump assina decreto contra obrigatoriedade de vacina Covid-19 em escolas.

Ordem executiva interrompe financiamento federal para instituições de ensino que exigiram vacinação contra doença. Enquanto o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump assinou uma ordem executiva, na última sexta-feira (14) para interromper o financiamento federal para escolas e universidades que exigem a vacinação contra a Covid-19, no Brasil a obrigatoriedade ainda é real para a matrícula de crianças em escolas e creches.

O tema envolve duas questões principais: as políticas de vacinação contra a Covid-19 nos Estados Unidos e no Brasil, e as abordagens diferentes de cada país sobre a obrigatoriedade da vacinação em relação à matrícula escolar. Vamos analisar as duas situações.

Nos Estados Unidos:

Na sexta-feira, 14 de fevereiro de 2025, o então presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva com o objetivo de interromper o financiamento federal para escolas e universidades que exigem a vacinação contra a Covid-19 como condição para frequentar as instituições. Essa medida reflete uma postura crítica de Trump em relação às políticas de vacinação e restrições impostas para conter a pandemia. Ao longo de sua presidência e após deixar o cargo, Trump adotou uma abordagem mais permissiva em relação ao manejo da pandemia, frequentemente se posicionando contra a obrigatoriedade das vacinas. Ele prometeu repetidamente ao longo de sua campanha de 2024 que não permitiria que as escolas impusessem exigências de vacinação contra a Covid-19.

“Não darei um centavo a nenhuma escola que tenha uma exigência de vacinação ou uma exigência de uso de máscara”, disse ele durante um comício em agosto do ano passado.

ordem sinaliza a tentativa de limitar as intervenções do governo federal em questões de saúde pública que envolvem a imposição de requisitos para a vacinação, como ocorre ainda no Brasil, onde escolas e universidades impuseram a vacinação para retorno às atividades presenciais. Isso se alinha com o crescente movimento antivacina em algumas partes da sociedade americana.

No Brasil:

Aqui, a situação é diferente. O Brasil tem adotado políticas públicas rigorosas para a vacinação, incluindo a obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19, especialmente em relação à matrícula de crianças em escolas e creches. Desde o início da pandemia, o governo federal, os estados e municípios têm trabalhado em conjunto para garantir que a população seja vacinada, incluindo políticas que exigem a comprovação da vacinação para a matrícula escolar, tanto em instituições públicas quanto privadas.

A campanha de vacinação foi amplamente promovida pelo Governo Federal como uma ferramenta vital para combater a pandemia e proteger a população. A inclusão das crianças no Plano Nacional de Imunizações (PNI) foi uma medida considerada essencial por muitas autoridades de saúde, que defenderam a vacinação em crianças para ajudar a controlar a disseminação do vírus.

Muitos grupos questionam o consenso científico e defendem a liberdade de escolha dos pais sobre a vacinação de seus filhos. Pensando nisto, por proposição do deputado estadual Ricardo Arruda (PL), aconteceu na quinta-feira (13/02), na Assembleia Legislativa do Paraná, uma audiência pública, intitulada *“Não a obrigatoriedade da vacina COVID-19”*. Médicos, ativistas e especialistas de diversas partes do mundo, entre outros participantes, contribuíram para o debate. O grupo busca a proibição da aplicação das vacinas, principalmente em crianças, e a proibição do passaporte sanitário. A perspectiva expressa por Ricardo Arruda reflete um ceticismo mais forte em relação à vacina, com críticas sobre os possíveis efeitos colaterais e a eficácia na redução da transmissão. Na abertura, Ricardo Arruda frisou que está na luta contra a vacina há muito tempo, inclusive sendo o autor da lei que proibiu a obrigatoriedade da vacina do Covid. *“Eu me aprofundei muito junto com médicos e o nosso objetivo é mostrar o mal que essa vacina tem feito. E não é de hoje. E não dá mais para dizer que é negacionismo mais. O Congresso americano emitiu 500 páginas falando tudo de mal dessa vacina. O objetivo nosso é proibir que se vacinem as crianças. Nenhum lugar do mundo vacina criança contra o Covid. E aqui a ministra irresponsável do Lula colocou no PNI (Plano Nacional de Imunizações), mas os pais não querem vacinar porque correm riscos de um efeito colateral gravíssimo e efeito de óbito. Além disso a vacina do Covid não diminuiu transmissão, mas está causando efeitos gravíssimos colaterais. Temos que tirar imediatamente essa vacina do mercado mundial.”*, completou Arruda. Nos EUA houve uma resistência considerável à vacinação obrigatória, com muitas pessoas expressando preocupações semelhantes às mencionadas por Arruda, como os riscos dos efeitos colaterais e o direito de decidir sobre a saúde própria e da família. Enquanto o governo brasileiro tem defendido a vacinação, a postura dos Estados Unidos, sob a liderança de Trump, torna-se mais flexível em relação à obrigatoriedade. (Crédito: assessoria parlamentar)

A terceira função é, de fato, a transição geracional. Uma juventude partidária bem financiada, bem qualificada e bem estruturada tem a capacidade de conduzir essa transição de forma eficiente, formando lideranças que assumirão o protagonismo político. Isso é algo que inclusive a mídia deveria entender: o papel essencial das juventudes partidárias na transição geracional. Acredito que, sem juventude partidária, não há transição geracional. Por isso, é fundamental que valorizemos essas organizações como espaços de formação de novas lideranças políticas.

Essa importância é evidente quando olhamos para grandes lideranças políticas que começaram nas juventudes partidárias. Antônio Carlos Magalhães Neto, Leonel Brizola. Outro exemplo incluem o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que começou na juventude partidária apoiando a candidatura de César Maia, depois se tornou subprefeito e iniciou sua carreira política. A juventude partidária, portanto, é um espaço fundamental de formação e construção de lideranças.

Concluindo, as juventudes partidárias são indispensáveis para a renovação da política e a formação de novas lideranças. Elas representam o principal instrumento para garantir uma transição geracional bem-sucedida.



Deputado Ricardo Arruda

Rádio
Paraná Oficial

www.radioparanaoficial.com.br

COMO O MUNICIPALISMO ESTÁ SABOTANDO O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Imagine o Paraná como um grande prédio, onde seus 399 municípios são apartamentos. Cada apartamento tem valor social e necessidades específicas. Um são menores, com menos moradores, outros são grandes e abrigam grandes famílias. A administração deste edifício deve garantir o bem-estar de todos, incluindo de áreas comuns que sejam acessíveis, sem privilégios para alguns em detrimento de outros.

Quando o “Prédio Paraná” tem um síndico que trabalha apenas pelos apartamentos mais ricos, mais valorizados, de amigos ou de interesse de amigos, o prédio começa a apresentar falhas estruturais graves, gerando desigualdade e prejudicando a todos. **Consegue imaginar o tamanho do problema que, mês a mês, o síndico causaria ao prédio por não cumprir o seu papel de administrador de maneira mais planejada e ampla? No contexto político, enfrentamos esse problema por causa do microgerenciamento.**

O *microgerenciamento* nada mais é do que a gestão excessiva de uma pequena parte do problema, onde o todo é ignorado e não é contemplado no planejamento regional. Um exemplo claro disso é quando um deputado faz esforços para levar ambulância para um município, mas não atua de maneira efetiva para melhorar a saúde pública de todo o Estado. O resultado do *microgerenciamento* é um governo mais burocrático, onde recursos públicos são desperdiçados com ações paliativas, enquanto problemas graves, básicos e estruturais seguem sem solução para o desenvolvimento territorial e sua sustentabilidade do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural.

O papel do Legislativo, dos deputados, não é garantir ambulância, conseguir vaga em hospital para os amigos ou buscar vaga em creche para os vizinhos. O papel do Legislativo é, antes de tudo, fiscalizar o governo. Quando parlamentares passam a intervir diretamente na administração pública, buscando resolver pequenos problemas operacionais, perdem de vista as grandes pautas que realmente promovem o desenvolvimento do Estado. E é sempre importante destacar que o Estado é quem tem a função de planejar e executar as políticas públicas que possibilitam ações que impactam a todos.

Gosto de lembrar - sempre que dou entrevista e converso com as pessoas - que pedidos absurdos para os deputados só contribuem para a ineficiência e a corrupção. Eu já recebi pedidos para pagar aluguel de igreja, pagar cruzeiro para idosos, doar dentaduras, conseguir cadeiras de rodas e tantos outros. Se eu fosse um deputado que quer ganhar votos à base de falcatura, teria atendido. Mas eu não fui eleito pra isso. Ninguém foi.

O municipalismo e a desigualdade na gestão são problemas que surgem quando tratamos alguns municípios com mais atenção do que outros, caracterizado por baixas taxas de crescimento e acentuados desequilíbrios regionais. No “Prédio Paraná”, isso equivaleria a um síndico que privilegia as unidades maiores e mais valorizadas, ignorando aquelas que precisam de mais manutenção e investimentos. O ciclo vicioso transforma deputados em vereadores de luxo, aprofundando desigualdades e impedindo que municípios pequenos recebam investimento adequado para se desenvolver de forma sustentável.

Um Parlamento de todos, é isso que eu quero para o Paraná. Quero chegar no interior e não ter mais que responder “de que região você é?”, uma pergunta que faz referência a uma prática de benefícios que deputados buscam para seus locais de maior votação.

Eu, **Requião Filho**, sou um deputado de todo o Paraná. Defendo que as desigualdades dos municípios sejam tratadas de forma desigual, justamente para que todos tenham condições de superar os seus desafios.

Deputado Requião Filho



FAMA GO CAR

APLICATIVO DE MOBILIDADE NACIONAL



MOTORISTA



PASSAGEIRO





POR QUE A ESQUERDA CONTINUARÁ PERDENDO ELEIÇÕES?

UM FREI QUE REUNIU UM MILHÃO DE PESSOAS EM SUA LIVE!

Acabo de abrir meu Instagram e vejo progressistas criticando o **Frei Gilson**. Um frei que reuniu um milhão de pessoas em sua live. Isso revela duas coisas:

Primeiro, que a esquerda, por sua formação política de sempre questionar, está exagerando na crítica. Agora, até a evangelização de frades, que têm um papel fundamental na Igreja Católica, virou alvo. **Frei Gilson** fez uma live que, *às quatro da manhã, reuniu mais de um milhão de pessoas*. E qual foi a reação da esquerda? Criticá-lo, dizendo que ele estaria alinhado ao Brasil Paralelo, com argumentos fracos e sem fundamento.

Como disse o **Padre José Eduardo**, **Frei Gilson** prega a palavra — essa é a sua missão, especialmente na Quaresma. Se você não gosta do posicionamento dele, simplesmente não assista. O erro não está no **Frei Gilson**, que tem a capacidade de mobilizar um milhão de pessoas. O erro está na sua incapacidade de aceitar que enquanto você fala para cem ou dez pessoas em uma live, ele fala para multidões.

Minha solidariedade ao **Frei**. E, neste momento, concordo com **Nikolas** e **Bolsonaro** na defesa dele. Ele tem um papel fundamental na evangelização e no conforto espiritual de milhares de pessoas, ajudando-as a se manterem firmes na fé.

A segunda questão é a esquerda erra porque não apenas critica ideias, mas ataca a fonte. Esse é um vício do academicismo, que sente a necessidade constante de criticar algo. Mas, talvez, em vez de criticar, valha a pena aprender. Aprenda com **Frei Gilson** a se comunicar com milhares de pessoas todos os dias. Ele tem uma capacidade de mobilização muito maior do que a sua.

Enquanto você está no centro das grandes cidades, regando sua samambaia no chão de taco, convencido da sua própria superioridade, **Frei Gilson** está acalentando o coração de milhares. Então, pare de criticar e faça algo de relevante, cem ou dez pessoas em uma live, ele fala para multidões.



Luan Azevedo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ ENTREGA MENÇÃO HONROSA A RENATO ADUR

A Assembleia Legislativa do Paraná entregou, no Grande Expediente da sessão plenária desta terça-feira (11), **menção honrosa ao superintendente-geral de relações institucionais do Governo do Paraná, Renato Adur**. A homenagem foi proposta pela segunda-secretária da Assembleia, deputada Maria Victoria (PP), com apoio dos demais deputados.

A menção honrosa foi entregue devido ao sucesso na idealização e coordenação do evento Paraná Mais Cidades, que reuniu as principais lideranças estaduais entre os dias 12 a 14 de fevereiro, em Foz do Iguaçu. O Paraná Mais Cidades foi criado com o propósito de modernizar, agilizar e tornar mais eficientes as administrações municipais, alinhando ações e

estratégias com o Estado e impulsionando o progresso em cada canto do Paraná. O evento foi uma parceria do Governo do Estado com a Assembleia Legislativa, Sebrae e Associação dos Municípios do Paraná (AMP).

Maria Victoria, proponente da homenagem, exaltou as qualidades e a competência de Renato. “Olha, eu acho que este Grande Expediente em formato de sessão solene, que é inédito nesta Casa de Leis, já disse tudo. É um reconhecimento do trabalho do Renato, que é extremamente comprometido, humilde e respeitado por onde passa. Sua marca, responsabilidade e seu trabalho sério fez como que ele tivesse uma grande visão política e estratégica, que foi a criação do Paraná Mais Cidades, em 2004”, disse.

Em seu discurso, Renato lembrou os tempos de Assembleia e reconheceu que seus anos na Casa de Leis foram uma grande escola. “Aqui foi o meu doutorado e a partir daqui sempre desempenhei funções públicas, tanto na área administrativa, de gestão, com o maior carinho e graças ao aprendizado que tive nessa Casa”, comentou.

Renato também lembrou um pouco a criação e os resultados do Paraná Mais Cidades. “Nós criamos isso em 2004 devido à necessidade que nós percebemos de preparar os gestores públicos municipais e fazer com que eles trabalhassem em consonância com o governo do Estado, com muito planejamento. O nosso governador, Ratinho Júnior, em um dos primeiros atos dele como governador, criou um banco de projetos no Estado do Paraná. Os municípios, por menor que eles sejam, se não tiver planejamento, ele não avança. Ele não consegue buscar melhorias para a sua população. É pensando nisso que nós criamos aqui em 2004, o primeiro encontro, e que os governos, inteligentemente, independentemente do partido que estavam, mantiveram esse diálogo. Você não planeja para uma semana, você tem que planejar a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo. E nós, naquela época, nós pensamos nisso. Nós pensamos num estado do Paraná para os próximos 5, 10, 15, 20 anos”, disse.

Para complementar, agradeceu aos deputados. “O maior pagamento que o homem público pode receber é o reconhecimento. Meu muito obrigado a todos”.

Homenageado

Renato Adur nasceu em São Mateus do Sul, no dia 10 de setembro de 1948. Filho de Miguel Adur e Alvina Guimarães Adur, e teve duas filhas com Alzenir Adur.

Em 1996 ficou como suplente de deputado estadual, assumindo a cadeira no Legislativo dia 15 de setembro de 1989. Em 1990 foi eleito Deputado Estadual com 18.885 votos. Foi Líder do Governo de 1993 e 1994 e Líder do PMDB de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1995 na Assembleia Legislativa do Paraná.

Em 1994 foi reeleito Deputado Estadual com 33.293 votos. Foi Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes na Assembleia Legislativa do Paraná. Assumiu a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná entre os anos de 2003 a 2006.

Em fevereiro de 2023, foi nomeado pelo atual Governador Ratinho Junior, para assumir o cargo de Superintendente Geral de Relações Institucionais (SGRI), vinculada à Casa Civil, com o objetivo de promover, estimular o diálogo com o terceiro setor por meio de programas, projetos, ações e iniciativas de mobilização relacionados à prática do bem comum.

Assembleia Legislativa do Paraná / Pedro Sarolli

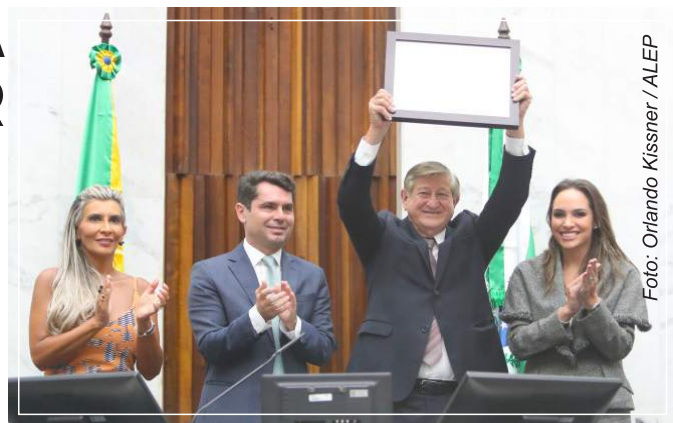


Foto: Orlando Kissner / ALEP